

**Competição de Julgamento Simulado do
Sistema Interamericano de Direitos Humanos 2007
Caso Hipotético: Rosa Luna vs. República de Azar**

PERGUNTAS DE ESCLARECIMENTO

1. Qual é o status jurídico dos instrumentos internacionais na matéria de Direitos Humanos na ordem interna da República de Azar?

Conforme o parágrafo 1 do caso hipotético, a República de Azar adotou como forma de governo o sistema democrático em 1993. Desde então ocorreram uma série de reformas institucionais incluindo a reforma da Constituição que atribui categoria constitucional aos acordos e tratados internacionais de direitos humanos e estabelece a ordem de prelação do direito positivo de Azar. Assim, em primeiro lugar se encontra a Constituição e os acordos internacionais de proteção aos direitos humanos, em segundo lugar as leis ditadas pelo Congresso e por último, as outras normas jurídicas.

2. Qual é a definição jurídica da figura de “tortura” dentro da legislação da República de Azar?

Conforme o parágrafo 21 do caso hipotético, o Código Penal de Azar tipifica o delito de tortura baixo o título II “Delitos contra a liberdade individual”. O artigo 100 do Código estabelece que o funcionário público que impusesse tormentos a uma pessoa privada de sua liberdade será reprimido com reclusão ou prisão de dois meses a seis anos. Não existe nenhuma outra disposição normativa relativa ao tema.

3. Rosa Luna e/ou sua advogada esgotou/esgotaram todos os recursos legais no âmbito interno da República de Azar?

Sim, Rosa Luna esgotou todos os recursos legais internos da República de Azar. Foram interpostos os recursos –ver detalhe nos parágrafos 26 e 27 do caso hipotético- sendo a última sentença a emitida pela Câmara Penal. Esta decisão ficou firme no. 18 de setembro de 2006.

4. Quais foram o tamanho, desenho, luz, esgotamento e provisões (i.e. coberturas) disponíveis a Sra. Luna dentro da cela no centro de detenção?

Rosa Luna foi detida numa cela fria, úmida, de aproximadamente 7m², sem luz natural, com somente uma lâmpada de luz de muito baixa intensidade, sem lavatório ou sanitários. Ao momento de sua entrada no Centro de Detenção, os guardas da prisão a providenciaram um colchão individual e uma manta do tamanho de uma cama solteira.

5. Rosa Luna recebeu comida e água no primeiro fim de semana de sua detenção?

Conforme o parágrafo 7 do caso, durante o primeiro fim de semana de sua detenção, os guardas da prisão providenciaram Rosa Luna com água e comida.

6. Existe norma promulgada pelo Estado de Azar que autorize a condução de inquérito pelos militares, no caso de delitos de terrorismo?

Não existe norma alguma no Estado de Azar que outorgue aos militares a condução das investigações nos casos de delitos de terrorismo.

7. Em que hipóteses é possível a extinção do processo sem julgamento do mérito no ordenamento jurídico do Estado de Azar e, em qual delas Rosa Luna foi enquadrada?

Conforme o parágrafo 18 do caso hipotético, no dia 26 de junho de 2003 Rosa Luna foi citada pela primeira vez a declarar diante o juiz a cargo do processo na qual a investigavam pela sua suposta vinculação com o grupo terrorista UNO. Posteriormente, no dia 28 de julho de 2003, seu processo foi extinto sem julgamento do mérito por causa de falta de provas suficientes e ela foi posta em liberdade imediatamente.

8. No Estado de Azar, a legislação penal define o delito de maus tratos como sendo delito de ação ou, também, de omissão?

Conforme o parágrafo 21 do caso hipotético, o Código Penal de Azar tipifica o delito de maus-tratos e lesões nos artigos 100 e 72, respectivamente. Cabe também indicar que a legislação penal de Azar não regula o tipo penal de maus tratos.

9. Que argumentos jurídicos teve o Estado de Azar para condenar ao Sargento Fortunato?

A juíza da primeira instância deu uma sentença no processo iniciado pelas acusações da senhora Luna condenando ao Sargento Fortunato à pena de prisão por considerá-lo autor do delito de maus-tratos. Para ele, levou em consideração a submissão de Rosa Luna a posições que lhe provocaram dor, adicionado às conseqüências físicas y psicológicas que estes fatos causaram - veja o parágrafo 25 do caso hipotético. Esta decisão foi apelada pela defesa y pelo Ministério Público, mas a Tribunal de Apelações confirmou a sentença sem alterar seu conteúdo.

10. Existia na época uma prática generalizada de tortura e tratamentos e punições cruéis inumanos e degradantes na parte da força pública dentro da luta contra o terrorismo?

Na época em que os fatos do caso aconteceram não existiam uma pratica generalizada de tortura e tratamentos ou punições cruéis, inumanos e degradantes na parte da força pública do Estado de Azar.

11. Têm algum/a acordo/relação contratual com o Estado de Azar os Dr. Libero Carnelutti, Professor Guerra e Luciano Duche?

O psicólogo Luciano Duche formava parte da equipe de profissionais contratada pelo Ministro de Justiça de Azar para ser o responsável da atenção médica das detidas no Centro Feminino de Detenção.

Por sua parte, o psiquiatra Libero Carnelutti foi contratado especialmente pelo Ministro do Interior para dar conselho nos processos de investigação de fatos de atentados contra a segurança nacional de Azar.

Finalmente, o professor Guerra vestia a carga de conselheiro *ad honorem* do Ministro do Interior e em tal caráter lhe foi confiado a redação do memorando contendo as diretrizes para a condução das interrogações que foram aplicadas a Rosa Luna.

12. Quais são as condições e os procedimentos gerais do Centro Feminino de Detenção ao deter uma prisioneira?

O Centro Feminino de Detenção de Azar não conta com um manual de procedimento específico que contem as regras a serem aplicadas no momento de ingresso das mulheres privadas de

liberdade. Em quanto às condições gerais do Centro, estas não tinham nenhuma particularidade.

13. Azar é um país desenvolvido ou em desenvolvimento?

O Estado de Azar é um país em desenvolvimento.

14. Qual é o período máximo de detenção preventiva sob o sistema legal de Azar?

No Estado de Azar o período máximo de detenção preventiva é de 2 anos.

15. Com base em que instrumento/s internacional/internacionais é escrito o memorando de Prof. Guerra?

O Professor Guerra tomou como sua base para a redação do seu memorando as obrigações internacionais do Estado de Azar estabelecidas nos acordos ratificados pelo estado, que são indicados no parágrafo 2 do caso hipotético.

16. Qual é o salário mínimo do Estado de Azar?

O salário mínimo estabelecido legalmente no Estado de Azar é equivalente a US\$200 (duzentos dólares americanos).

17. Com que serviços específicos contava a cela em que se encontrava Rosa Luna e quais eram sus características?

Conforme o parágrafo 7 do caso hipotético, Rosa Luna esteve detida numa cela fria, úmida, de aproximadamente 7m², sem luz natural, apenas um bulbo claro de luz de intensidade muito pequena, sem lavatório nem sanitários. Na altura de sua entrada ao Centro de Detenção, os guardas de prisão forneceram-lhe um colchão e um cobertor.

18. ¿Existe o recurso interno de habeas corpus e em caso afirmativo, o interpôs a advogada de Rosa Luna?

O recurso de habeas corpus é uma garantia que é regulada no direito positivo do Estado de Azar. De acordo com os fatos do caso, a advogada de Rosa Luna interpôs este recurso, mas solicitou a libertação de sua cliente antes o juiz a cargo do processo, petição que foi rejeitado pelo juiz conforme o parágrafo 13 do caso hipotético.

19. Desde que Rosa Luna foi detida no começo do fim de semana, da sexta-feira, do sábado e do domingo, são considerados como dias inábeis no Estado de Azar?

No Estado de Azar da segunda-feira à sexta-feira são considerados os dias de trabalho e de sábados e de domingos dias inábeis.

20. Considerando que a última decisão do processo interno da República de Azar consiste naquela do Tribunal de Recursos, e que a demanda de Rosa Luna foi admitida no âmbito da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Gostaríamos ter acesso à estrutura do Sistema Judicial da República de Azar.

O Sistema Judicial do Estado de Azar se constitui de três instâncias. No primeiro lugar, estão os juizes dos diferentes foros, ou foro operacional no caso foi o Penal. Em segundo lugar, estão as distintas câmaras de apelações e por último, a Corte Suprema de Justiça integrada por nove ministros.

21. Tendo em vista que a região norte de Azar tem historicamente aspirações separatistas, e que a organização UNO, desde 2003 adota ações armadas diretas, pode-se considerar que haja a presença de um conflito armado no Estado de Azar?

O Estado de Azar não se encontrava numa situação de conflito armado interno.

22. Visto que Rosa Luna foi acusada de crime de terrorismo e presa, indagamos a justificativa da extinção do processo interno sem o julgamento do mérito.

No dia 26 de junho de 2003 Rosa Luna foi citada pela primeira vez a declarar antes o juiz encarregado do processo em que seu presumido vínculo com o grupo terrorista ONU foi investigado. Mais tarde, no dia 28 de julho de 2003, o seu caso foi extinto definitivamente pela razão de provas insuficientes e ela foi liberada imediatamente.

23. A que se refere o "questionamento enérgico" à interpretação dos alcances da Convenção Americana de Direitos Humanos constantes da petição do Estado de Azar?

Conforme o parágrafo 30 do caso hipotético, o Estado de Azar questionou energicamente a interpretação que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos realizou sobre os fatos do caso hipotético. Com esta expressão nós referimos aos argumentos usados pelo Estado alegando que os fatos do caso não deram forma a violações nem à integridade pessoal, nem à liberdade judicial, nem às garantias e proteção judiciais, nos termos em que se encontram protegidos pela Convenção Americana de Direitos Humanos; e não deram forma as torturas de acordo com a Convenção Interamericana para Prevenir e Sancionar a Tortura.

24. Qual é o sexo das pessoas encarregados da guarda e do cuidado de Rosa Luna?

As pessoas encarregadas da guarda e do cuidado de Rosa Luna eram do sexo masculino.

25. Conforme a legislação da República de Azar, que se entende por maus-tratos e humilhações?

Refira-se à resposta da pergunta 2.

26. O interrogatório no qual o estudante José Guevara denunciou Rosa Luna foi realizado nas mesmas diretrizes do memorando elaborado pelo Professor Gabriel Guerra?

O interrogatório a qual o estudante Josué Guevara foi submetido e no que denunciou Rosa Luna foi realizado com as mesmas diretrizes do memorando elaborado pelo Professor Gabriel Guerra.

27. Havia norma promulgada pelo Estado anteriormente à prisão de Rosa Luna que estabelecia tratamentos excepcionais, tais como prisão preventiva e detenção incomunicável, para suspeitos de prática do delito de terrorismo?

Na altura da detenção, existia no Processo Penal da República de Azar uma norma que estabelecia a proibição de conceder a liberação aos autores ou contribuintes do delito de terrorismo pela possibilidade de colusão com outros membros presumidos da organização crimina (veja o parágrafo 13 do caso hipotético)

28. O parágrafo 31 do Caso Hipotético Rosa Luna Vs. República de Azar, em cada uma das línguas em que foi escrito, dispõe o seguinte:

Versão em português: “[...] O Estado negou-se a cumprir as recomendações da Comissão Interamericana, alegando que havia obstáculos legais incontornáveis – que o obrigariam a violar os direitos dos que tiveram seus processos penais **extintos sem julgamento do mérito** – para poder cumprir a decisão do órgão de proteção.”

Versão em espanhol: “[...] El Estado se rehusó a cumplir con las recomendaciones de la Comisión Interamericana para lo cual alegó que existían obstáculos legales insalvables que lo obligarían a violar los derechos de los **sobreseídos penalmente** para cumplir con la decisión del órgano de protección.”

Versão em inglês: “[...] The State refused to comply with the recommendations of the Inter-American Commission, alleging the existence of insurmountable legal obstacles that would require it to violate the rights of the **acquitted individuals** in order to comply with the Commission’s decision”.

A versão em português do Caso Hipotético traz a afirmação de que se o Estado cumprisse com as resoluções da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ele violaria o direito dos indivíduos que tiveram seus processos extintos sem julgamento do mérito. Na versão em espanhol, por outro lado, afirma-se que tais processos foram apenas suspensos. Por sua vez, a versão em língua inglesa afirma que os mesmos indivíduos foram absolvidos e, portanto, o mérito de seus processos tinha sido julgado. Assim, resta clara a contradição existente entre as três versões. Qual delas deve ser adotada pelas equipes?

Esta pergunta refere a um problema de tradução, pelo qual recomendamos que tome em conta a versão original em espanhol para os efeitos de interpretação dos fatos apresentados no caso hipotético. (A versão em inglês deveria ter sido traduzida com “dismissed”, não “acquitted” [espanhol: “sobreseído”]. A mesma correção de tradução se aplica ao parágrafo 18 do caso hipotético.)

29. Parágrafo 12 do caso hipotético referencia as datas de “terça-feira dia 17 e sexta-feira dia 20 de junho”. Parágrafo 14 refere a “quarta-feira dia 20” como a data de mudança nos métodos de interrogação. Os métodos foram mudados na quarta-feira dia 18 (indicando que o método indicado no Parágrafo 12 ocorreu apenas em um dia – terça-feira dia 17) ou sexta-feira dia 20 (indicando que a semana referenciada no Parágrafo 14, durante a qual a Sra. Luna “teve só uma refeição diária” duraram apenas um dia antes que a Sra. Luna passou por técnicas psicológicas no dia 21 [Parágrafo 15])?

Esta pergunta faz referência a um problema de tradução que se apresenta na versão em inglês do caso hipotético. Ao respeito, conforme o parágrafo 14 da versão original em espanhol, foi sexta-feira dia 20 quando os funcionários do Centro mudaram o método empregado nos interrogatórios.

30. Parágrafo 6 diz que Luna foi levada ao centro de detenção feminino “anexo” ao centro de detenção de segurança máxima de Azar. Isto implica que a centro de detenção “faz parte” da prisão, porque é “anexo” ao mesmo?

O Centro Feminino de Detenção é parte da Prisão de Segurança Máxima de Azar.

31. A Sra. Luna tem filhos? Ela havia expressado em algum momento o desejo de tê-los?

No momento em que se produziram os fatos do caso, Rosa Luna não tinha filhos. Ela sustentou publicamente que a maternidade não era o que a definia como mulher e que os pingüins tinham uma melhor distribuição entre parceiros das tarefas reprodutivas. Não sabemos se tem expressado um desejo de ter filhos.

32. Dentro do sistema jurídico do Estado de Azar a diretiva ministerial aprovada pelos ministros do interior, justiça e defesa sobre técnicas de interrogatório, que tipo de norma é e que hierarquia tem?

Se trata de um ato administrativo que vincula os funcionários encarregados de desenvolver os interrogatórios a supostos terroristas. A diretiva tem caráter vinculador. As diretrizes emanaram do Ministro do Interior y posteriormente foram aprovadas pelos Ministros de Justiça e Defesa do Estado de Azar. Os Ministros formam parte do Poder Executivo Nacional e se submetem à autoridade do Presidente da Nação.

33. Rosa Luna durou treze dias à disposição das autoridades da prisão sem ser levada antes de um juiz ou funcionário judicial. Que recurso interpôs a advogada Maria Chumbipa quando se fala do pedido de liberação da sua cliente? Era do Hábeas Corpus?

O recurso interposto pela advogada de Rosa Luna não é um hábeas corpus. A representante legal de Rosa Luna solicitou antes do Juiz uma ordem de liberação, pedido que foi negado.

34. A República de Azar tem reconhecido à competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre quais instrumentos?

O Estado de Azar tem reconhecido a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre todos os acordos internacionais interamericanos ratificados indicados no parágrafo 2 do caso hipotético.

35. Que é superior os tratados internacionais ou a Constituição do país?

Conforme o parágrafo 1 do caso hipotético, a reforma constitucional levada adiante na República de Azar depois do ano 1993 atribuiu categoria constitucional aos acordos e tratados internacionais sobre direitos humanos que estabelece a ordem da preferência de direito positivo de Azar. Assim, se encontra no primeiro lugar a Constituição e os acordos internacionais de proteção dos direitos humanos, em segundo lugar as leis ditadas pelo Congresso e finalmente, as outras disposições legais.

36. Existe co-autoria no delito de maus-tratos apesar de não ser funcionário público?

Conforme o parágrafo 21 do caso hipotético, o Código Penal de Azar estabelece no seu artigo 100 o tipo penal de maus-tratos no que indica que só os funcionários públicos podem ser autores de este tipo de delitos. As pessoas que não têm a qualidade de funcionários públicos podem estar vinculadas de acordo a outras modalidades de participação na comissão do delito.

37. Quais foram as recomendações realizadas pela Comissão ao Estado que este recusou a cumprir? Parágrafo 31.

Conforme o parágrafo 31 do caso hipotético, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos emitiu o relatório antecipado no artigo 50 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos no

que realizou uma série de recomendações ao Estado de Azar. Com fundação na análise e as conclusões do relatório referido, A Comissão recomendou ao estado que:

1. Reconheça publicamente sua responsabilidade internacional por todas as violações de direitos humanos determinados pela Comissão Interamericana no relatório atual e comete-se a que fatos similares aos do caso não são repetidas no futuro.
2. Investigue efetivamente as violações dos direitos humanos analisadas neste relatório com a finalidade de identificar, julgar e punir os responsáveis.
3. Repare integralmente a Rosa Luna e aos seus parentes pelos danos materiais quanto os danos morais. Este reparação deve incluir uma indenização a ser pago pelo Estado de Azar, que deve calcular de acordo com os parâmetros internacionais e deve ser por uma quantidade suficiente para reembolsar tanto os danos materiais como os danos morais sofridos com ocasião às violações aos direitos humanos a que se refere este relatório. O pagamento desta indenização não estará sujeito a que os parentes da vítima devam que interpor nenhum recurso o ação antecipada na legislação de Azar.
4. Pague à vítima as custas e as despesas razoáveis que incorreram no processo interno e no presente procedimento internacional antes do sistema interamericano de proteção dos direitos humanos

38. Como é tipificado o crime do terrorismo no código penal da República de Azar?

Aos efeitos da análise dos fatos do caso hipotético, a definição do crime do terrorismo estabelecido na legislação penal de Azar não é pertinente.

39. Quais são os restos das técnicas admitidas contidas no memorando para a condução de interrogações na matéria da segurança nacional? Parágrafo 23.

No parágrafo 23 do caso hipotético são transcritas as partes do memorando que contêm a descrição das técnicas admitidas para a interrogação de Rosa Luna. Os restos das técnicas que não foram mencionadas, não carregam relação aos fatos específicos do caso.

40. Existiu alguma medida de reparo aos danos sofridos por Rosa Luna, em virtude dos processos e posteriores condenações de que foram objetos os agentes de Azar envolvidos nos delitos de Maus-Tratos de que foi objeto a nomeada vítima?

O Estado de Azar não adotou nenhuma medida do reparo a favor de Rosa Luna pelos danos sofridos durante o período que permaneceu privado de liberdade. Tampouco foi reparada nos processos e posteriores condenações nos quais foram julgados aos agentes de Azar envolvidos nos delitos de maus-tratos denunciados pela vítima.

41. Qual era a proporção da população feminina, entre o pessoal do penitenciário do Centro em que esteve detida Rosa Luna no ano 2003?

Na altura da entrada de Rosa Luna ao Centro Feminino de Detenção, a proporção da população feminina dentro do pessoal do penitenciário era de 30%.

42. O médico psiquiatra Libero Carneluti esteve presente durante as interrogações as quais Rosa Luna foi submetida na sexta-feira 20 e no sábado dia 21 de junho de 2003?

Conforme o parágrafo 11 do caso hipotético, o médico psiquiatra Libero Carnelutti esteve presente em todas as sessões de interrogação das quais foi submetida Rosa Luna. Ao respeito,

ele assessorou a todos os empregados civis na interrogação, orientando cada etapa da interrogação e documentando em todo momento a reação de Rosa Luna às técnicas utilizadas.

43. Quais são as implicações ou os efeitos jurídicos de incorporar (e não ratificar) um tratado internacional ao ordenamento legal do Estado de Azar?

Conforme o parágrafo 2 do caso hipotético, o Estado de Azar ratificou e incorporou ao seu direito positivo todos os acordos internacionais citados no referido parágrafo.

44. Por que se utilizou o memorando confidencial sobre os lineamentos dos interrogatórios encomendado ao Prof. Guerra durante o processo penal de Rosa Luna?

O referido memorando continha lineamentos para a condução de interrogatórios nos casos em que estivera em jogo a seguridade nacional e, neste sentido, o delito de terrorismo pelo qual Rosa Luna foi investigada entrava dentro desta categoria.

45. A jurisdição de Azar antecipa a intervenção das forças armadas nas interrogações a civis por causa dos delitos que atribuem a Rosa Luna (tentativa de roubo de um armazém militar e co-autoria de um delito de terrorismo)?

Não existe no Estado de Azar norma alguma que outorgue aos militares a intervenção em interrogatórios de civis pelos delitos das quais Rosa Luna foi acusada.

46. De acordo com as disposições da legislação interna do Estado de Azar, quais são as condições, respeito do prazo e dos delitos pelos quais procede, a não-comunicação das pessoas privadas da liberdade?

A legislação do Estado de Azar não contempla nenhuma norma que regule a situação de não-comunicação—nem seus prazos ou condições—à qual eventualmente podem estar submetidas as pessoas privadas de liberdade.

47. ¿Como tipifica o Estado de Azar o delito de maus-tratos?

Refira-se a resposta da pergunta 2.

48. Que hierarquia normativa no direito interno do Estado de Azar têm a ordem ministerial, a lei, e a Constituição?

Conforme o parágrafo 2 do caso hipotético, a República de Azar adotou como forma de governo o sistema democrático em 1993. Desde então se iniciou uma série de reformas institucionais incluindo a reforma da Constituição que outorga atribuiu categoria constitucional aos acordos e aos tratados internacionais de direitos humanos e estabelece a ordem da preferência do direito positivo de Azar. Assim, em primeiro lugar a Constituição e os acordos internacionais de proteção dos direitos humanos, em segundo lugar as leis ditadas pelo Congresso, em terceiro lugar, os decretos regulamentares das leis, em quarto lugar existem atos administrativos que brindam guia adicional para a aplicação das normas, como as ordens ministeriais que dão diretrizes para a implementação de certas políticas do Estado e vinculam aos funcionários/as encarregados/as de desenvolver tais políticas.

49. De acordo com o estipulado no ponto 31 dos fatos do caso hipotético, “O Estado negou-se a cumprir as recomendações da Comissão Interamericana, alegando que havia

obstáculos legais incontornáveis.” Em virtude disto, qual é o texto das recomendações realizadas pela Comissão Interamericana ao Estado de Azar?

Refira-se a resposta da pergunta 37.

50. ¿Rosa Luna recebeu algum tipo de reparo pelos delitos cometidos contra ela?

Refira-se à resposta da pergunta 40.

51. De acordo com o ponto 16 dos fatos caso, o procedimento de interrogação foi estabelecido a través de una Ordem Ministerial. Em que condições jurisdicionais se encontram em estes momentos esse ato administrativo? Foi declarado nulo o pelo contrario ainda é vigente?

Conforme o parágrafo 2 do caso hipotético, os interrogatórios se desenvolveram conforme aos procedimentos estabelecidos por uma ordem ministerial. O referido ato administrativo se encontra ainda vigente no Estado de Azar.

52. Dos fatos do caso se infere em duas ocasiões que JUAN SOL, é "companheiro" de Rosa Luna y numa se define ele como "marido." Qual é o tipo de relação afetiva ou jurídica antes y depois dos fatos do caso?

Conforme aos fatos do caso hipotético, Juan Sol y Rosa Luna são conjugal. Não estão casados legalmente.

53. Como descreveram os legisladores do Estado de Azar o tipo penal de terrorismo do que Rosa Luna foi acusada na qualidade de co-autora?

Refira-se à resposta da pergunta 38.

55. Que atos de corrupção cometeu o Estado de Azar, que provocaram que Rosa Luna invocará um artigo interpretativo (artigo I) da Convenção Interamericana contra a Corrupção?

Conforme o parágrafo 29 do caso hipotético, Rosa Luna denunciou ao Estado de Azar pela violação do artigo 1 da Convenção Interamericana contra a Corrupção. O citado artigo fixa o alcance do termo de funcionário público, invocado por Rosa Luna aos efeitos de estabelecer as responsabilidades das pessoas responsáveis dos delitos denunciados.

56. As condições de detenção de Rosa Luna foram equivalentes a/melhor que/pior que outras pessoas condenadas no Centro de Detenção?

As condições de detenção às quais Rosa Luna foi submetida durante o período que permaneceu privado de liberdade no Centro Feminino de Detenção, eram as mesmas às do resto das mulheres que se encontravam fechadas no Centro. Sua situação se diferenciou do resto das mulheres na permanência de aquela em una cela individual, y no tratamento que lhe foi fornecido durante o período de seu interrogatório.

57. Parágrafo 14 indica que Rosa esteve forçada a ficar em pé com seus braços levantados durante períodos de 40 minutos “em cinco ocasiões no decorrer desse dia, no período de 4 horas de duração do interrogatório.” Foi seu interrogatório de 4 horas nesse dia contínuo, ou ocorreu em períodos separados constituindo um total de 4 horas?

Conforme o parágrafo 14, o interrogatório realizado a sexta-feira 20 foi contínuo.

58. O que era o propósito declarado da intimação antes o juiz a carga do caso em 26 de junho de 2003?

Conforme o parágrafo 18, no dia 26 de junho de 2003, Rosa Luna foi citada por primeira vez ante o juiz a cargo do processo no qual se investigavam os fatos denunciados pela vítima, com o propósito de apresentar declaração.

59. Que provisões constitucionais ou estatutárias existem na lei de Azar que dá efeito aos direitos e às liberdades encontradas na Convenção Americana sobre Direitos Humanos nos artigos 5, 7, 8, e 25?

Conforme o parágrafo 2 do caso hipotético, os acordos y tratados internacionais ratificados integram o direito positivo de Azar. Os referidos instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos adquiriram categoria constitucional a partir da reforma constitucional posterior a 1993 e, desta forma, os direitos consagrados na Convenção Americana de Direitos Humanos integram o ordenamento jurídico de Azar.

60. Parágrafos 21 e 25 do hipotético indicam que “tortura” é definido e proibido no Código Criminal de Azar, Título II, Capítulo 1, Artigo 100. O que é a definição de tortura sob o artigo 100?

Refira-se à resposta da pergunta 2.

61. Que provisões constitucionais ou estatutárias existem na lei de Azar que protege os direitos individuais absolvidos?

No Estado de Azar, o direito que tem todo indivíduo de ser absolvido, emana de as garantias estabelecidas nas normas concordadas nos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos que o Estado de Azar ratificou, conforme o parágrafo 2 do caso hipotético.

62. As circunstancias da detenção (condições da mesma, regime de entrevistas, etc.) estão previstas em aqueles termos na legislação da República de Azar, seja em leis u ordens ministeriais, ademais do memorando confidencial?

Na República de Azar não existe uma legislação específica que regule as condições de detenção das pessoas privadas de liberdade. Tampouco se encontram reguladas as condições que devem manter e respeitar os centros de detenção em relação ao regime de entrevistas, alimentação, higiene, e outras situações comuns a estes tipos de instituições.

63. Que caráter tem o memorando confidencial na base do qual foram realizados os interrogatórios aos que Rosa Luna foi submetida? Qual é sua hierarquia?

O memorando confidencial que se teve em conta para os interrogatórios aos que foi submetida Rosa Luna foi encomendado ao Professor Guerra pelo Ministro do Interior y posteriormente formou parte de uma “ordem ministerial” dessa autoridade. As diretrizes que continha o referido memorando foram depois aprovadas também mela Ministra de Defesa y o Ministro de Justiça. Trata-se de um ato administrativo emanado de um nível ministerial que vincula aos funcionários requisitados de executar os interrogatórios.

64. O Estado de Azar adotou medidas políticas contra os ministros de Estado que aprovaram as diretrizes do memorando confidencial?

O Estado de Azar no adotou nenhuma medida política contra os ministros de Estado que aprovaram as diretrizes contidas no memorando confidencial.

65. A extinção do processo decretado no. 28 de junho do ano 2003 no caso contra Rosa Luna, foi uma extinção temporal ou definitivo? E, quais foram os motivos levados em conta pelo juiz para decretar dita extinção do caso?

Conforme o parágrafo 18 do caso hipotético, Rosa Luna teve seu caso extinto e foi liberada no dia 28 de julho de 2003. A extinção foi definitiva e o juiz determinou que não existiam provas suficientes contra ela.

66. O parágrafo 5 diz que Rosa Luna foi detida na sexta-feira 13 de junho de 2003, o policia que realizou a captura contava com uma ordem, a pergunta é que tipo de autoridade, administrativa o judicial a emitiu?

Rosa Luna foi detida o 13 de junho de 2003 em virtude de uma ordem de arresto emanada de uma autoridade judicial do Estado de Azar.

67. Qual foi o motivo ou finalidade específicos que levou aos acusados a cometer os atos de tortura e/ou mau-trato contra Rosa Luna?

Rosa Luna foi interrogada por funcionários públicos de Azar que buscavam obter informação sobre a participação da vítima em atividades do grupo UNO, entre elas a tentativa de roubo ao armazém militar. Também, tentaram consentir a qualquer tipo de informação sobre o referido grupo.

68. A base de que provas, distintas da declaração de José Guevara, foi fundamentada a detenção de Rosa Luna?

As autoridades de Azar entenderam que a declaração de Josué Guevara era uma prova suficiente para proceder à detenção de Rosa Luna, considerando especialmente que os fatos denunciados se referiam a um delito que atentava contra a segurança nacional do Estado de Azar, sem necessidade de contar com nenhuma outra prova.

69. Que diz a legislação de Azar sobre a presença de advogados nos interrogatórios?

Na legislação de Azar não existe nenhuma norma específica que faz referencia à presença dos advogados nos interrogatórios que se realizam com as pessoas que se encontram detidas apesar do que consta no que se deriva dos tratados internacionais de direitos humanos.

70. Durante o processo interno Rosa Luna pediu alguma indemnização?

Rosa Luna não apresentou nenhuma solicitação para que o Estado de Azar a indemnizasse pelos delitos cometidos contra ela nos processos e condenações posteriores nas quais foram julgados os agentes de Azar envolvidos nos delitos de tormentos denunciados. Tampouco o Estado de Azar adotou alguma medida de reparação a favor da Senhora Luna.

71. Quais foram as recomendações enviadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos ao Estado de Azar?

Refira-se à resposta da pergunta 37.

72. De que maneira distribui o ingresso Azar para os centros de detenção?

Não se entende a pergunta. Não sabemos se refere à percentagem do orçamento nacional de Azar destinado aos centros de detenção; ou se à forma em que se distribuem entre os distintos centros de detenção a população detida.

73. São gerais as condições dos reclusos para todos os detidos?

Sim, as condições do Centro de Detenção são gerais para todos os reclusos. Para complementar, refira-se à resposta da pergunta 56.

74. No caso levado pela Rosa Luna em Azar, solicitou indemnização de algum tipo?

Refira-se à resposta da pergunta 70.

75. Mais pessoas que doam recursos ou trabalham para a Fundação pelos pobres têm sido detidas?

As autoridades de Azar detiveram somente Rosa Luna pelo seu suposto vínculo com o grupo UNO.

76. Existe alguma disposição que permita a incomunicação de pessoas suspeitas de cometer atos terroristas? Si existe, ¿cuál es la regulación?

Não existe no Estado de Azar uma norma específica que prevê a possibilidade de manter incomunicado/a um(a) suspeito/a de cometer um delito de terrorismo.

77. De conforme com a legislação penal e penitenciária da República de Azar, qual é o prazo máximo que pode durar “o período inicial da investigação” como se menciona no parágrafo 10 do caso hipotético?

O Código Penal do Estado de Azar não estabelece um prazo máximo nem mínimo expressamente previsto para a etapa inicial de investigação dos delitos tipificados na sua normativa penal. Os juízes determinam a seu critério o período da investigação inicial.

78. What is the extent of contact that Guevara and Luna have had—inside and outside of the classroom setting—that led Guevara to implicate Luna and constituted the factual basis that prompted the state to arrest her?

La relación que mantenían el estudiante Josué Guevara y Rosa Luna era estrictamente académica. Al respecto, el único lugar en el cual se encontraban era en las instalaciones de la Universidad Católica de Aznar donde Rosa Luna ejercía la docencia y Josué Guevara estudiaba.

79. Quais recordes médicos ou outras formas de documentação – se existir algum – ligam os problemas gerais de saúde, dor, e humilhação, conseqüências físicas e psicológicas enumeradas nos parágrafos 19, 20, e 25 às condições de sua detenção?

As conclusões dos informes médicos que informam o estado de saúde em que se encontra Rosa Luna como conseqüência dos tratamentos que recebeu durante o período que esteve detida - enumeradas nos parágrafos 19, 20 e 25 do caso hipotético-, foram proporcionadas pelos médicos particulares alegados à senhora Luna e documentadas através de certificados médicos.

80. Qual é a distribuição de membros confirmados ou suspeitos do grupo UNO ou Fundação para os Pobres que estão isolados versus integrados à população geral no Centro

de Detenção Feminino de Azar durante parte ou todo o tempo de 13 de junho de 2003 a 28 de julho de 2003?

Rosa Luna era a única mulher que se encontrava detida no Centro Feminino de Detenção de Azar que estava sendo investigada por sua suposta vinculação com o grupo UNO.

81. Como se encontra tipificado o delito de terrorismo na República de Azar?

Refira-se à resposta da pergunta 38.

82. O parágrafo 21 do caso hipotético indica que no Código Penal da República de Azar o delito de tormentos está tipificado. Assim, que condutas se encontram incluídas em dita tipificação como constitutivas do delito de tormentos?

Refira-se à resposta da pergunta 2.

83. De conforme com a legislação da República de Azar, quais são os critérios e baixo a assumida comissão de que delitos pode-se manter incomunicado/a um/a detido/a?

Refira-se à resposta da pergunta 46.

84. Existe na República de Azar o recurso de Hábeas Corpus?

A garantia constitucional do Hábeas Corpus está prevista na Constituição de Azar e regulada por uma norma especial.

85. A vítima Rosa Luna foi reparada em sede civil no foro interno?

Refira-se à resposta da pergunta 70.

86. Rosa Luna tinha, segundo ao direito vigente, a possibilidade de se abster de declarar?

Conforme a la normativa vigente del Estado de Azar que regula los procedimientos penales, Rosa Luna tenía la posibilidad de abstenerse de declarar.

87. Sobre o delito de tormentos, devemos equivaler este termo ao de tortura, conforme aparece definido na Convenção Interamericana para Prevenir e Sancionar a Tortura? Isto não está especificado no caso hipotético.

Para os efeitos das análises do caso, o delito de “tormentos” regulado pelo artículo 100 do Código Penal de Azar é equivalente ao delito de tortura. Ao respeito, poderá utilizar a Convenção Interamericana para Prevenir e Sancionar a Tortura para os efeitos de interpretação dos fatos.

88. O caso hipotético indica que “a decisão da Câmara Penal ficou firme no dia 18 de setembro de 2006”. Cabia algum outro recurso diante o Tribunal Supremo ou Corte Suprema desta República? Isto tampouco está especificado no caso hipotético.

A legislação de Azar não estabelece outro tipo de recurso que poderia se interpor contra a decisão da Câmara Penal que ficou firme no dia 18 de setembro de 2006, conforme o parágrafo 28 do caso hipotético.

89. Que recomendações a CIDH fez ao Estado dentro de seu informe? (Par. 31)

Refira-se à resposta da pergunta 37.

90. Quais são os obstáculos legais que o Estado alega para não cumprir com o informe emitido pela CIDH? (Par. 31)

Os obstáculos legais alegados pelo Estado de Azar como impedimento para cumprir com as recomendações estabelecidas no Informe da Comissão Interamericana de Direitos Humanos - conforme entendido pelo parágrafo 31 do caso hipotético-, se fundamentam no inciso 7 do artículo 380 do Código Penal de Azar. Esta norma dispõe que “ninguém poderá ser julgado nem sancionado por um delito pelo qual haja sido já condenado ou absolvido por uma sentença firme de acordo com a lei e o procedimento penal de cada país”.

91. Quais são as provas que permitem afirmar que os problemas graves de coluna que Rosa Luna sofre foram causados pela tensão gerada durante os interrogatórios e por seu estado permanente de alerta que ficou pior frente a figuras de autoridade? (Par. 19)

Refira-se à resposta da pergunta 79.

92. Mesmo quando as normas processuais de detenção de Azar tomam em conta os tratados internacionais sobre a matéria, contavam com uma norma processual excepcional por tratar-se de um delito inerente à segurança nacional. Por exemplo, em Bolívia a parte do Código de Procedimento penal existe a Lei N° 1008 que se refere à luta contra o narcotráfico cujo procedimento é incongruente com o anterior. O aspecto de normativa como ser outros delitos tipificados no Código Penal de Azar assim como outras normas jurídicas podem ser de criação imaginária dos postulantes para determinar as dimensões normativas anexas ou completarias mantendo –obviamente- os artículos citados como base fundamental e reenviar os artículos tipificados pelos quais a senhora denuncia de haver sido infringido pelo governo de Azar na denúncia que realiza contra os que a torturaram?

Não se entende a pergunta.

93. Existe um artículo específico que se refere ao delito de tortura no código penal de Azar? Qual é? Qual seria o conceito de terrorismo que deveríamos considerar dentro do contexto?

Refira-se às respostas das perguntas 2 e 38.

94. Localidade do destacamento militar de Nova Armenia, a juíza que presidiu sobre o caso qual era sua jurisdição e competência e onde estava localizado seu tribunal dentro do território de Azar, e a Câmara Penal era o tribunal supremo da republica de Azar com jurisdição nacional?

A juíza de primeira instância -Dra. Gelman- tinha jurisdição e competência para entender a denuncia apresentada por delitos contra Rosa Luna. Por sua parte, conforme o parágrafo 28, a correspondente Câmara Penal emitiu sua sentença no caso de referencia, a qual ficou firme no. 18 de setembro de 2006.

95. Que indicam as normas constitucionais e legais de Azar a respeito dos requisitos de procedência, prazos y condições da detenção preventiva no caso do delito de terrorismo?

A legislação interna do Estado de Azar não regula os requisitos, prazos ou condições que deverão manter-se em conta ao momento de estabelecer-se a prisão preventiva nos casos onde se

investigam delitos de terrorismo. As regras que deverão ser seguidas neste tipo de investigações são as contempladas no Código Penal de Azar.

96. O Ministério Público de Azar acusou ao Sargento Fortunato, os Coronéis Lona e Jundia, o Ministro do Interior, Ministra de Defesa e Ministro de Justiça do delito de maus-tratos a base de quais fatos e provas produzidas, respectivamente?

Conforme o parágrafo 24, o Ministério Público acusou ao sargento Fortunato, aos coronéis Lona e Jundia, ao Ministro do Interior, a Ministra de Defesa e ao Ministro de Justiça pela sua participação no delito de maus-tratos na qualidade de autores imediatos e mediatos. As provas que o Ministério Público considerou para proceder à referida acusação foram os informes médicos proporcionados pelos médicos alegados a Rosa Luna.

97. Tanto o médico como o psiquiatra ou psicólogo, esteve presente nos interrogatórios aos quais Rosa Luna esteve submetida nos dias 20 e 21 de junho?

Conforme os parágrafos 9 e 11 do caso hipotético, o psicólogo Luciano Duche entrevistou a Rosa Luna antes de iniciar-se o interrogatório com o propósito de avaliar –em forma general- seu estado anímico. Por sua parte, o psiquiatra Líbero Carnelutti esteve presente em todos os interrogatórios aos quais Rosa Luna foi submetida, com o propósito de prestar assessoramento aos funcionários que realizaram o procedimento.

98. Nos fatos (parte A) é mencionado que a acusação contra a Sra. Rosa Luna é pelo Delito de Terrorismo, mas este delito não é definido. Qual é a tipificação do delito de terrorismo ou delitos de terrorismo?

Refira-se à resposta da pergunta 38.

99. Nos fatos não surge uma definição da palavra "tormentos". Devemos entender que não tem uma definição específica para este termo?

Refira-se à resposta da pergunta 2.

100. O parágrafo 31 do caso menciona as recomendações da Comissão e que o Estado faliu a cumprir com as mesmas. Quais foram estas recomendações? Devemos entender que se refere às violações da Convenção?

Refira-se à resposta da pergunta 37.

101. O parágrafo 31 dos Fatos do Caso estabelece o seguinte: “O Estado negou-se a cumprir as recomendações da Comissão Interamericana, alegando que havia obstáculos legais incontornáveis - que o obrigariam a violar os direitos dos que tiveram seus processos penais extintos sem julgamento do mérito - para poder cumprir a decisão do órgão de proteção.” Quais eram os obstáculos legais incontornáveis que alegou o Estado?

Refira-se à resposta da pergunta 90.

102. O parágrafo 30 dos Fatos do Caso estabelece o seguinte: “...o Estado questionou energicamente a interpretação do alcance da Convenção Americana de Direitos Humanos constante da petição inicial da vítima porque os fatos não constituíam violações da integridade pessoal, da tutela judicial nem das obrigações gerais de garantia”. Que aspectos

específicos questionou o Estado sobre a interpretação dos alcances da Convenção Americana de Direitos Humanos?

Refira-se à resposta da pergunta 23.

103. De acordo com o parágrafo 25 dos Fatos do Caso, no dia 2 de junho de 2006, a juíza de primeira instância, a Dra. Gelman, exarou sentença no caso condenando ao sargento Fortunato à Pena de 4 anos de prisão por considerar-lo autor do delito de tormentos. No entanto, o mesmo parágrafo estabelece que as condições inumanas de detenção às que havia sido exposta a Sra. Luna não enquadravam no tipo penal de tormentos por razão de que a situação atravessada pela Sra. Luna não era conseqüência de uma ação imputável ao sargento Fortunato. Então, foi condenado ou não o Sargento Fortunato pela submissão da Sra. Luna a posições que a provocaram dor e subseqüentes danos físicos e psicológicos?

Conforme o parágrafo 25 do presente caso hipotético, a juíza de primeira instância exarou sentença condenando ao sargento Fortunato a pena de prisão por considerar-lo autor do delito de tormentos. Para ele, susteve que a submissão da senhora Luna a posições que a provocaram dor e subseqüentes danos físicos e psicológicos ocasionados, configuravam o delito de tormentos conforme estabelece o Código Penal de Azar.

Por outro lado, a juíza considerou que as condições de detenção às quais Rosa Luna foi exposta não enquadravam no tipo penal de tormentos, por ser estas conseqüência de uma serie de fatos desafortunados mas não de uma ação deliberada que se pudera imputar ao sargento Fortunato.

104. Que capacidade de reclusos tem a penitenciária "Centro de Detenção Feminino anexo à Prisão de Segurança Máxima de Azar" para alojar em suas instalações, que quantidade de pessoas esta alojando em estes momentos e com quantos guardas conta em este centro?

O Centro de Detenção Feminino de Azar conta com uma capacidade para abrigar a 90 mulheres e mantém um plantão permanente de 30 guardas. Ao momento de produção dos fatos apresentados no caso hipotético, se encontraram detidas no Centro 85 mulheres.

105. Que motivos ou razões de fato e de direito expôs o juiz, para dar como extinto sem julgamento do mérito o caso de Rosa Luna e a colocar em liberdade?

Conforme o parágrafo 18 do caso hipotético, no dia 28 de julho de 2003 o juiz do caso na qual se investigava à senhora Rosa Luna, deu como extinto em forma definitiva o caso e liberou a vítima por não contar com provas suficientes para condená-la.

106. Em base de que argumentos os guardas não permitiram que a advogada de Rosa Luna pudesse ver e falar com ela?

Conforme o parágrafo 6 do caso hipotético, Rosa Luna pôde comunicar-se pela primeira vez com sua advogada no momento que ingressou ao Centro de Detenção Feminino. A partir de então e durante todo o período que permaneceu privado de liberdade, pode manter um acesso formal com sua representante.